

---

# *Dinâmica associativa no século XIX: socorro mútuo e solidariedade entre livres e libertos no Rio de Janeiro Imperial*

---

Ronaldo Pereira de Jesus\*

David P. Lacerda\*\*

**Resumo:** Através da análise dos processos de criação e de legalização de associações de socorros mútuos erigidas, na cidade do Rio de Janeiro entre 1860 e 1889, o artigo investiga as mutuais que agregavam ex-escravos, negros, artesãos e operários especializados. Procura-se entender os significados da prática do auxílio mútuo e os elementos que orientam a formação de identidades sociais dos grupos supracitados.

**Palavras-chave:** Cultura Associativa; Brasil Imperial; Mutualismo; Classes trabalhadoras

**Abstract:** From the analysis of the creation and legalization processes of mutual aid associations erected in Rio de Janeiro City, between 1860 and 1889, the paper investigates the mutuals aggregating freedmen, blacks, artisans and skilled workers, seeking to understand the meanings the practice of mutual assistance and the elements that guide the formation of social identities.

**Keywords:** Associative Culture; Imperial Brazil; Mutualism; Working Classes

## **HISTÓRIA SOCIAL E MUTUALISMO**

Nas duas últimas décadas, a investigação dos elementos constitutivos e dos processos históricos relacionados à cultura das classes trabalhadoras, no Brasil, favoreceu-se com a incorporação das práticas, dos valores e dos sentidos sociais e culturais da gente comum. Nesse processo, a história social do trabalho ocupou um lugar importante, pois, ao inserir a experiência dos trabalhadores como dimensão central da análise histórica, contribuiu para ampliar o entendimento da ação política e das relações de dominação constituintes da sociedade brasileira<sup>1</sup>.

---

\* Professor Adjunto de História do Brasil da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

\*\* Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

<sup>1</sup> GOMES, Ângela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: [s.e], nº 34, julho-dezembro, 2004, p. 158. JAMES, Daniel. O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997, pp. 117-139.

As tendências recentes observadas no estudo do associativismo, especialmente, sobre a atuação das sociedades de ajuda mútua, têm acompanhado os desdobramentos vivenciados pela história social do trabalho. Os avanços conceituais e a ampliação das possibilidades de fontes primárias permitiram aos historiadores refinar as ferramentas metodológicas na abordagem do mutualismo<sup>2</sup>. Desde o trabalho pioneiro de Tania Regina de Luca<sup>3</sup>, o recurso à redução da escala de observação tem sido uma das ferramentas mais importantes, na medida em que permite à historiografia recente evidenciar alguns elementos fundamentais para se pensar a disseminação da cultura associativa em escala nacional<sup>4</sup>, assim como as conexões regionais que, certamente, existiram no bojo de sua manifestação<sup>5</sup>, tal como se nota, no caso específico das associações mutualistas<sup>6</sup>.

<sup>2</sup> SILVA JR., Adhemar Lourenço da. *As sociedades de socorros mútuos: estratégias privadas e públicas*. Estudo centrado no Rio Grande do Sul – Brasil, 1854-1940. Porto Alegre: PUC/RS, (Tese de Doutorado), 2004. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro e JESUS, Ronaldo P. de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão. (orgs.). *As esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)*, Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 21-51.

<sup>3</sup> LUCA, Tania Regina de. *O sonho do futuro assegurado: o mutualismo em São Paulo*. São Paulo: Contexto; Brasília: CNPq, 1990.

<sup>4</sup> Em uma crítica aos paradigmas que enfatizavam os casos paulista e carioca como modelos de análise da história operária, Silvia Regina Ferraz Petersen chamou a atenção para a importância de cruzar as fronteiras dos recortes regionais e globais, a fim “de descobrir vínculos múltiplos e perdidos que possam enriquecer o perfil de atores e processos sociais já tão descaracterizados na memória historiográfica”. PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. In: ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. (org.). *Trabalho, cultura...* op. cit., 1997, p. 90. Recentemente, Claudio Batalha ressaltou que um dos desafios a ser enfrentado pela história do trabalho reside em uma discussão mais profunda em torno do método comparativo, principalmente em relação aos modos de articulação dos diferentes níveis de escalas de observação. BATALHA, Claudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. *Anos 90*. Porto Alegre: [s.e.], V. 13, nº. 23-24, pp. 87-104, jan./dez., 2006.

<sup>5</sup> KUSCHNIR, Beatriz. *Baile de máscaras*. Mulheres judias e prostituição: as polacas e suas associações de ajuda mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996. BIONDI, Luigi. *Entre associações étnicas e de classe*. Os processos de organização política e sindical dos trabalhadores italianos na cidade de São Paulo (1890-1920). Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. (Tese de Doutorado), 2002. SIQUEIRA, Uassyr de. *Entre Sindicatos, Clubes e Botequins*. Identidades, associações e lazer dos trabalhadores paulistanos (1890-1920). Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. (Tese de Doutorado), 2008.

<sup>6</sup> CASTELUCCI, Aldrin. Centro Operário da Bahia: mutualismo e jogo oligárquico. *XXI Simpósio Nacional de História*. Niterói, 2001. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. A experiência mutualista de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Nomes e números: alternativas econômicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2006. NOMEINI, Paula Cristina Bin. *Associações operárias mutualistas e recreativas em Campinas (1906-1931)*. Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. (Dissertação de Mestrado), 2007. LEUCHTENBERGER, Rafaela. *O Lábaro protetor da classe operária*. As Associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis - Santa Catarina (1886-1932). Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. (Dissertação de Mestrado), 2009. ACIOLY, Osvaldo Batista. Mutualismo e Trabalhadores em Maceió (1869-1920). *XXV Simpósio Nacional de História*. João Pessoa/PB, 2009.

No século XIX, a prática da ajuda mútua exercia um importante papel na segurança social, material e moral de artesãos, operários, ex-escravos, industriais, comerciantes, engenheiros, advogados, médicos, entre outros setores que se aglutinaram em torno da proteção social. Os objetivos das instituições era, em geral, garantir amparo pecuniário em casos de doença e de idade avançada, custear os enterros e a compra de remédios, disponibilizar dinheiro, em caso de prisão e construir bibliotecas e oficinas. A concretização cotidiana de tais metas, no seio das entidades, implicava em formas de organização complexas, envolvendo a criação de normas de admissão, a realização de assembleias gerais, a definição de direitos e deveres, na participação dos sócios nos auxílios, nas eleições e nos cargos administrativos e a fixação de valores a serem pagos em mensalidades e joias.

Na cidade do Rio de Janeiro, as primeiras manifestações do mutualismo ocorreram a partir do segundo quartel do oitocentos, alcançando diversidade social e institucional durante o Segundo Reinado, mais precisamente, após a década de 1860<sup>7</sup>. Durante esse período, as sociedades beneficentes e de ajuda mútua emergiram, de maneira expressiva, em meio a outras tradições associativas, como, por exemplo, as irmandades leigas, as ordens terceiras, as entidades científicas, os clubes literários, os grêmios recreativos, as sociedades abolicionistas, os montepios, as caixas econômicas, entre outras<sup>8</sup>. Simultaneamente, as experiências associativas consolidavam-se, dentro de uma ordem social em que as transformações políticas e econômicas redefiniam as relações de trabalho, a dinâmica urbana e demográfica e a diversificação das atividades artesanais, manufatureiras e fabris. Também na capital do império, a disseminação global das práticas de socorro mútuo, ao longo do século XIX, impulsionou o surgimento de sociedades mutualistas entre diferentes grupos sociais, tal como ocorreu em variados contextos históricos<sup>9</sup>.

A lei 1.083, de 22 de agosto de 1860, regularizada pelos decretos 2.686 e 2.711, sancionados no mesmo ano, estabeleceu normas relativas à instituição e ao funcionamento de sociedades nas últimas décadas do regime monárquico<sup>10</sup>. A partir

---

<sup>7</sup> JESUS, Ronaldo P. de. Associativismo no Brasil do século XIX: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado (1860-1889). *Locus: Revista de História. Juiz de Fora* : [s.e.], V. 13, nº. 1, pp. 144-170, [s.m.], 2007.

<sup>8</sup> D'OURÉM, Baron. *Notice sur les institutions de Prévoyance au Brésil*. Communication faite au Congress Scientifique Universel des Institutions de Prévoyance lors de la deuxième session quinquennale en 1883. Pau: Imprimerie Vignancour, 1883. BARBOSA, Luiz. *Serviços de assistência no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typ. Ao Luzeiro, 1908.

<sup>9</sup> LINDEN, Marcel van der; DREYFUS, Michel; GIBAUD, Bernard; LUCASSEN, Jan. *Social Security Mutualism: The Comparative History of Mutual Benefit Societies*. Berna: Peter Lang, 1996.

<sup>10</sup> BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1860*. Tomo XXI, Parte I. Cabe ressaltar que a aplicação dessas normas legais pelo Conselho de Estado se estendeu até novembro de 1882, quando fora promulgada a lei 3.150, cujo exercício havia sido regularizado pelo decreto 8.821, sancionado no

de então, pelo menos, no âmbito da Corte, o governo imperial passou a aplicar, sistematicamente, os dispositivos que tornavam obrigatória a legalização de novas associações e a reforma dos estatutos das entidades já existentes. As solicitações da “Imperial Aprovação” eram feitas pela submissão da cópia dos estatutos e das atas das assembleias em que foram discutidos e definidos os objetivos da sociedade em questão. Os documentos deveriam ser entregues, primeiramente, à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda que, em seguida, através do Ministério da Fazenda, encaminhava o pedido ao Ministério do Império. Este, por sua vez, cuidava de levá-los à Seção do Conselho de Estado para a emissão de pareceres. O objetivo primordial das normas legais, que se estendia às várias modalidades de associação, era colocar sob jugo do Estado a organização econômica, social e institucional de quaisquer segmentos, com a exclusão óbvia dos escravos.

A política de controle estatal da formação dos diferentes grupos envolvidos na constituição das associações mutualistas produziu, através do mecanismo acima descrito, um conjunto documental significativo que oferece várias possibilidades de pesquisa. Separamos, para análise, um conjunto de processos relativos a dois tipos de associações existentes, na cidade do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX: as mutuais de libertos – erigidas com o objetivo genérico de agregar ex-escravos (e, eventualmente, até mesmo escravos) e seus descendentes, em torno da etnia e da cor – e as mutuais de ofício – que procuravam valorizar o trabalho e estabelecer formas de proteção social para os artesãos e os operários qualificados. Tal procedimento articula, por um lado, a necessidade de entender as similaridades e as diferenças entre as formas de organização do mutualismo e, por outro, os significados dos elementos que orientam os elos de solidariedade estabelecidos, internamente, nos grupos sociais organizados<sup>11</sup>.

### **MUTUALISMO, ESCRAVOS, LIBERTOS E DESCENDENTES**

Em 07 de maio de 1862, o Visconde de Sapucaí, o Marquês de Olinda e José Antonio Pimenta Bueno, reunidos na sala das conferências da Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado, avaliaram um pedido de consulta encaminhado por

---

mês seguinte. BRASIL. *Collecção das Leis do Imperio do Brazil de 1882*. Tomo XLV, Parte II, Volume II. Tudo em versão digitalizada: Disponível em: [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br). Acesso em Janeiro de 2010.

<sup>11</sup> Cf. A análise de Simon Cordery sobre as relações de classe e a emergência das sociedades de socorros mútuos nos EUA, na qual o autor procurou estabelecer os nexos possíveis entre os significados do exercício da proteção e a formação de identidades étnicas, de gênero e de classe na constituição das chamadas “fraternal orders”. CORDERY, Simon. Fraternal Orders in the United States: A Quest for Protection and Identity. In: LINDEN, Marcel van der.; Marcel van der.; DREYFUS, Michel; GIBAUD, Bernard; LUCASSEN, Jan. *Social Security...* op. cit., 1996, pp. 83-109.

Miguel Antônio Dias (presidente), Luiz José da Silva, Domingos José de Seixas Souto Maior e João de Souza e Silva a respeito dos estatutos da Sociedade Beneficente da Nação Conga, Protetora da Sociedade do Rosário e S. Benedito. O objetivo dos sócios era conseguir autorização para que a associação continuasse a funcionar, obedecendo às exigências de legalização. Os estatutos foram aprovados, em assembleia geral, realizada, na sede da associação, situada à rua do Hospício nº 322, em 06 de fevereiro de 1861<sup>12</sup>.

O estatuto apresentado sintetizava os procedimentos internos e as principais intenções da Sociedade da Nação Conga. Sua finalidade básica consistia em socorrer sócios e sócias “que por moléstia, avançada idade ou qualquer incidente” ficassem impossibilitados de trabalhar. Além disso, pretendiam “cuidar em suas solturas”, quando o motivo da prisão não fosse por “crime degradante”, contribuir para a realização de enterros, “sufragar a alma do falecido com duas missas de sétimo dia” e socorrer as famílias dos associados por ocasião da morte. A família, considerada no direito de receber os auxílios dispensados pela sociedade, incluía a viúva, as filhas solteiras e o “filho até a idade de 12 anos”, desde que todos vivessem “debaixo do mesmo teto e sem economia separada”. Também era necessário que cumprissem certos padrões de conduta a fim de usufruírem dos auxílios oferecidos. As viúvas ou filhas “de procedimento irregular”, as filhas que se casassem ou se amancebassem e os filhos que completassem 12 anos perderiam o direito aos benefícios, à semelhança daqueles que se entregassem aos “maus costumes”<sup>13</sup>.

O Visconde de Sapucaí, o Marquês de Olinda e Pimenta Bueno destacaram as disposições dos estatutos que lhes pareciam inadequadas. Principalmente pelo fato de que a sociedade admitia apenas pessoas que fossem, necessariamente, de “cor preta”, embora livres, e pertencessem à nação Conga, conforme descrito nos critérios de admissão do primeiro artigo dos estatutos da sociedade: “será composta de pessoas que pertençam à *mesma nação*, e que *sejam livres*, podendo ser admitidos em seu grêmio os filhos e filhas das mesmas, nascidas neste Império e que sejam de *cor preta*; e compor-se-á de ilimitado número de sócios e sócias efetivos”<sup>14</sup>.

Os conselheiros julgaram que se tratava “do predomínio da casta e da cor”, que não convinha aprovar. O problema da expressão “da nação Conga” era que, embora africanos, os sócios residiam no império do Brasil, onde também “obtiveram sua liberdade” e, portanto, não seriam membros nem súditos da “nação Conga”. Os

<sup>12</sup> Arquivo Nacional/Rio de Janeiro (AN/RJ) - Conselho de Estado (CE) - Caixa (Cx) 531 - Pacotilha (Pc) 3, - Envelope (En) 2 – Documento (Dc) 46 (dovante apenas as siglas).

<sup>13</sup> Ibidem.

<sup>14</sup> Ibidem. Grifo nosso.

membros do Conselho de Estado sustentavam que o uso da expressão “oriundos do sangue da nação Conga” não seria de todo problemático, embora, quando acoplada à expressão “de cor preta”, pudesse rechaçar “os próprios oriundos desse sangue” que não fossem de “cor preta”. Por fim, afirmavam que seria melhor rejeitar tais artigos do estatuto, uma vez que a sociedade deveria ser “beneficente dos sócios, mas não com exclusões ou qualificações”. O Marquês de Olinda posicionou-se, favoravelmente, à permanência da definição de que os associados fossem de “cor preta”, porque “as irmandades de pretos e mulatos nunca contrariaram as máximas da beneficência, nem as da religião, como tão bem porque evitam rivalidades entre os sócios de diversos sangues”<sup>15</sup>.

Dez anos mais tarde, a Sociedade de Beneficência Nação Conga Amiga da Consciência – ao que tudo indica uma associação distinta daquela fundada em 1861<sup>16</sup> – encaminhou seus estatutos para apreciação do Conselho de Estado, ressaltando que o seu fim primordial seria “socorrer os desvalidos e enfermos da supradita nacionalidade”. Pretendia compor-se “de um número ilimitado de sócios”, contanto que pertencessem “à Nação Conga ou a qualquer outra, porém africana”, que tivessem bom comportamento, não fossem “pronunciados” e estivessem empregados “em qualquer meio de vida honesta”, além de gozar de “perfeita saúde” e serem maiores de 18 anos. O objetivo geral da associação era “socorrer com uma mensalidade o sócio que adoecer e não tiver recursos”, providenciar um enterro “com a decência possível” ao sócio que “falecer sem recursos” e “sufragar sua alma no sétimo dia”. O ingresso na sociedade far-se-ia por meio do pagamento da joia, no valor de 5\$000 réis, e da mensalidade de 1\$000 réis. Tais valores eram próximos dos que foram estabelecidos pela Sociedade da Nação Conga na década de 1860: joia de 10\$000 réis e pagamentos mensais de 2\$000 réis<sup>17</sup>.

Entre setembro e dezembro de 1874, os conselheiros Visconde de Souza Franco, Marquês de Sapucaí e Visconde do Bom Retiro elaboraram um parecer sobre os estatutos da Nação Conga Amiga da Consciência, apontando várias incongruências e sugerindo o indeferimento do pedido. Destacaram que a ata da assembleia não relacionava os nomes dos sócios reunidos para discutir os estatutos, que foram assinados somente pelos dois secretários, “faltando declarar quem assinou a rogo dos outros doze sócios, cujos nomes vêm designados”. Além disso, alegavam que, se o

<sup>15</sup> Ibidem.

<sup>16</sup> CHALHOUB, Sidney. Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da e GOMES, Flávio dos Santos. (orgs.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 232.

<sup>17</sup> AN/RJ - CE – Cx. 552 - Pc 2 - En 3 - Dc 43.

presidente e o tesoureiro não sabiam ler nem escrever, isso os inabilitava para os cargos de “grande responsabilidade” dos quais estavam encarregados. Finalmente, os conselheiros ressaltaram que se intitulando “da Nação Conga”, embora também admitisse sócios “de outras procedências africanas”, sem declarar que deveriam ser, necessariamente, livres, a sociedade poderia arrogar-se a possibilidade de admitir escravos, o que não era permitido pela legislação sancionada em 1860<sup>18</sup>.

No mesmo ano de 1874, o Conselho de Estado avaliou o pedido de consulta encaminhado pela Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor, cujos estatutos foram enviados, juntamente, com o seguinte ofício:

Secção em 28 de Dezembro de 1873.

Aos vinte e três do mês de Dezembro de 1873, reunidos nesta Corte, à rua da Ladeira do Senado número 6A, Paulo Matheus, Procópio de Jesus, Francisco de Jesus, Eduardo Antonio Pinto, Candido Pedrosa, João Afonso Vianna, Joaquim Leite Bastos, Basílio Amâncio e Antonio Geraldino, *todos os homens de cor e livres*, deliberaram entre si organizarem uma Sociedade beneficente para os homens de cor: sendo lidos e aprovados os respectivos estatutos nesta data. E me pediram que eu José Luiz Gomes fizesse esta ata e por todos eles assinando a rogo. A rogo dos referidos sócios,

José Luiz Gomes.

Rio, em 28 de Dezembro de 1873.<sup>19</sup>

Conforme os estatutos, os associados deveriam ter mais de 14 anos de idade, “bom procedimento, como tal reconhecido” e ser “livre, liberto ou mesmo sujeito [cativo] de *cor preta*, de um ou outro sexo”. Os sócios “de qualquer uma das classes” teriam obrigação de “tomar efetivo e real o pagamento” que lhes cabia. A sociedade propunha que os filiados presos gozassem do “direito a que a sociedade promova a sua soltura”, acompanhando os processos até o final e ficando as despesas por conta da associação, caso o sócio disso necessitasse “por sua pobreza”. Além de garantir pensão para as viúvas e, nos casos de moléstia, providenciar médico e botica, a sociedade dos Homens de Cor pretendia garantir as despesas com enterros e missas de sétimo dia<sup>20</sup>.

Os estatutos definiam também que, todos os anos, por ocasião do aniversário da Associação, se procederia a um sorteio para “a libertação de um sócio sujeito do sexo masculino e outro do sexo feminino”, para o qual se recolheria um fundo específico, que, mesmo no caso de haver saldo extra, somente seria utilizado para promover as duas alforrias anuais. Além disso, no dia da “seção aniversária”, seria

---

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> Ibidem. Grifo nosso.

<sup>20</sup> Ibidem.

levantado um altar, no qual se colocaria Nossa Senhora da Conceição, “com decente iluminação, por ser considerada a protetora da sociedade”<sup>21</sup>.

O Visconde de Souza Franco, o Marquês de Sapucaí e o Visconde do Bom Retiro, ávidos pela aplicação das prerrogativas legais, emitiram um parecer acusando o indeferimento do pedido de constituição da sociedade dos Homens de Cor, do mesmo modo como fizeram para as Sociedades da Nação Conga. O despacho apontava:

A Sociedade não se encorpou com sócios, sem os quais, em número suficiente, não podem dar garantia de boa e leal administração. *Presidente e tesoureiro que não saibam ler nem escrever não podem desempenhar os deveres destes cargos e menos em Sociedade de Socorros Mútuos* que, recolhendo as economias de indivíduos das classes menos abastadas, precisam muito cuidadosa e hábil direção para que não se entregue ou se extravie o que tanto custa ao pobre a ganhar.

[...]

Os homens de cor livres são no Império cidadãos que não formam classe separada, e quando *escravos não tem direito a associar-se*. A Sociedade especial é pois dispensável e pode trazer os inconvenientes da criação dos antagonismos social e político: dispensável, porque os homens de cor devem ter e de fato tem admissão nas Associações nacionais como é seu direito e muito convém a harmonia e boas relações entre os brasileiros.

Pelo que respeito aos escravos admitidos sob o título especioso de homens sujeitos: o Governo o não pode aprovar vista das Leis em vigor.

A tentativa de criação de Associações especiais que nada aconselha aparece pela primeira vez nesta e na criação da Sociedade Beneficente de Nação Conga Amiga da Consciência sobre a qual a Secção consulta também hoje com seu parecer.<sup>22</sup>

Alguns elementos se destacam, na análise das sociedades mutuais de escravos e de seus descendentes, existentes na Corte, na segunda metade do século XIX. Percebemos que os mecanismos de proteção social acionados reforçavam os traços comuns do mutualismo, que também eram compartilhados por mutuais criadas por outros segmentos da sociedade. Ou seja, voltavam-se para a oferta de proteção, em situações de enfermidades e moléstias que impossibilitassem os sócios de trabalhar, além do custeio de funerais, remédios e de ajuda nos casos em que os associados estivessem presos.

Mais do que isso, fica evidente que, para além dos interesses materiais inerentes à organização, havia também valores culturais que moldavam a formação de identidades sociais. Sabemos que “negro” e “preto” constituíam designações cujos significados ultrapassavam a definição da tonalidade da pele, assinalando antes a condição de cativo – no presente ou no passado – e definindo, por conseguinte,

---

<sup>21</sup> Ibidem.

<sup>22</sup> Ibidem. Grifo nosso.

lugares sociais<sup>23</sup>. Portanto, nos casos apresentados acima, a cor e a condição jurídica apareciam como elementos de diferenciação social privilegiados pelos associados para se identificarem entre os outros grupos que compunham a sociedade imperial. Tal escolha parece bastante significativa, principalmente, se considerarmos que, no período em questão, os padrões demográficos alteravam-se, expressivamente, e a perda de legitimidade da escravidão se pronunciava de modo definitivo.

Tendo em vista que todas as solicitações de legalização e de criação de associações mutuais de escravos, de libertos e de seus descendentes foram indeferidas pelo governo imperial, Sidney Chalhoub argumenta que o objetivo dos conselheiros de Estado era promover o “‘ideal de homogeneidade’ na constituição da nação”, que, por sua vez, “pressupunha a supressão política e cultural de gente como os membros da sociedade ‘da Nação Conga’”<sup>24</sup>. A entidade Conga da década de 1870, **ao se estender** para membros que pertencessem a outras nações africanas, desejava, ao menos no plano formal, “assemelhar-se àquelas de italianos, franceses, ingleses e outras, que obtinham rotineiramente o beneplácito imperial”<sup>25</sup>. Nos casos em questão, portanto, deparamo-nos com a ausência de equivalência, na ação do governo imperial, diante das tentativas de escravos, de libertos e de seus descendentes organizarem-se, institucionalmente, com base em identidades raciais e étnicas<sup>26</sup>.

Seguindo o raciocínio de Chalhoub, notamos ainda dois pontos importantes do cerceamento que o governo imprimia à organização coletiva dos escravos, dos libertos e de seus descendentes. Trata-se, em primeiro lugar, do estabelecimento da condição jurídica de livre para poder organizar-se em sociedades, claramente expressa na lei, que dispensava maiores comentários por parte do Conselho de Estado. Em segundo lugar, a necessidade de saber ler e escrever, tão exigida pelos conselheiros em seus pareceres, que, veementemente, apontavam a existência de erros na redação dos estatutos e a ausência de assinaturas dos membros das diretorias. Saber ler e escrever era, na ótica dos conselheiros, condição fundamental para o exercício da cidadania<sup>27</sup> e para a condução apropriada das operações que envolviam o funcionamento cotidiano das sociedades de socorros mútuos.

## **MUTUALISMO, TRABALHO E IDENTIDADE**

<sup>23</sup> CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 98-99.

<sup>24</sup> CHALHOUB, Sidney. *Solidariedade e...* op. cit., 2007, p. 230.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 233.

<sup>26</sup> *Ibidem*, pp. 236-237.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 231.

Entre as mutuais em funcionamento, na capital do império, no decorrer da segunda metade do século XIX, encontramos um número significativo de sociedades organizadas em torno de ocupações manuais. Ao longo desse período, a diversificação das atividades artesanais e manufatureiras, o crescimento demográfico e o declínio do número de escravos empregados na economia urbana<sup>28</sup> agravaram as condições de vida e de trabalho da maioria da população<sup>29</sup>. Nesse movimento, diferentes categorias de artífices e de operários encontravam, nas sociedades de socorros mútuos, uma possibilidade de buscar suporte material e de criar mecanismos de proteção social, articulando valores culturais referenciados na ética do trabalho e na imagem positiva do trabalhador.

Em junho de 1882, o Visconde do Bom Retiro, José Caetano de Andrade Pinto e Martins Francisco Ribeiro de Andrada, na qualidade de membros da Seção do Império do Conselho de Estado, avaliaram um pedido de consulta emitido por cocheiros que trabalhavam no transporte de cargas na Corte<sup>30</sup>. O interesse do grupo era requerer autorização do governo imperial, “com o mais profundo respeito”, para que pudesse colocar em funcionamento sua “União Beneficente”, sociedade fundada em março daquele ano, que, além dos cocheiros, se estendia aos “proprietários de carro” e “seus adjuntos”, desde que fossem todos “reconhecidamente de bons costumes”<sup>31</sup>. Os conselheiros aprovaram os estatutos, propuseram alterações na forma e destacaram os objetivos principais da entidade:

Socorrer os sócios quando enfermos e impossibilitados de trabalhar; auxiliar os mesmos com advogado e com a quantia precisa para fiança quando presos injustamente; concorrer para o enterro dos que falecerem na indigência; e garantir uma pensão mensal à família destes últimos.<sup>32</sup>

Os cocheiros pretendiam estabelecer o que chamavam de “proteção recíproca”, definida através dos serviços prestados pela associação. Aos membros que

---

<sup>28</sup> SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007, pp. 35-36.

<sup>29</sup> LOBO, Eulália Maria Lahmeyer e STOTZ, Eduardo Navarro. *Formação do Operariado e Movimento Operário no Rio de Janeiro, 1870-1894. Estudos Econômicos*. São Paulo: [s.e.], 15 (nº. Especial), indicar a página final e a inicial do artigo, [s.m.], 1985, p. 59. e FOOT HARDMAN, Francisco e LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 1920)*. 2ª ed. revista. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 96.

<sup>30</sup> O serviço de transporte de cargas, na cidade do Rio de Janeiro, era uma ocupação em que predominava a mão-de-obra escrava, pelo menos, até 1870, quando, a partir de então, com as profundas inflexões dos padrões demográficos, “trabalhadores livres, sobretudo de origem portuguesa, começaram a ser utilizados de forma mais sistemática nestas atividades”. Cf. SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo...” op. cit.*, 2007, p. 164.

<sup>31</sup> AN/RJ - CE - Cx 559 - Pc 1- En 3 - Dc 10-A.

<sup>32</sup> Ibidem.

fossem acometidos por “moléstia prolongada e grave”, que ficassem impossibilitados de trabalhar, seria destinada a quantia de 20\$000 réis mensais durante seis meses, havendo uma redução para 5\$000 réis, no valor da pensão, após esse período. Os sócios que fossem a “juízo”, isto é, que estivessem envolvidos em processos criminais ou fossem presos, contariam com os serviços de um advogado e com a quantia necessária para arcar com a fiança, desde que aprovada pela diretoria. A associação realizaria os enterros daqueles que falecessem “em estado de indigência”, dispensando a quantia de 22\$000 réis e enviando uma comissão de sócios, “em carro pago pela sociedade”, para acompanhar o funeral e realizar, posteriormente, a “missa de sétimo dia”. A União Beneficente estabelecia, ainda, auxílios para a família do cocheiro que viesse a perecer em situação de miséria. A viúva, primeiramente, receberia, por mês, a quantia de 10\$000 réis, desde que continuasse a “viver com honestidade e em estado de viuvez”. Os filhos até 15 anos e filhas, enquanto estivessem na condição de solteiras, e “sendo honestas”, teriam direito a igual valor<sup>33</sup>.

Os socorros oferecidos pela associação dos cocheiros, nos casos de enfermidade, desemprego e velhice, são comuns às sociedades mutualistas fundadas, na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo, a partir de 1850. Os auxílios consistiam, basicamente, no fornecimento de ajuda pecuniária mensal ou diária para os sócios e suas famílias, além do pagamento de médicos e de advogados a serviço das mutuais. Raramente, chegavam a tomar a forma de empréstimos<sup>34</sup>. Os valores dos socorros variavam conforme a gradação dos sócios, da idade e do valor das mensalidades com as quais se contribuía. Os sócios que estivessem em situação de moléstia, se envolvessem em desastres e acidentes graves, nos locais de trabalho, ou ainda, que sofressem por idade avançada gozariam do direito de usufruir das ajudas oferecidas, desde que estivessem quites com suas mensalidades e os demais encargos financeiros e provassem, por “atestado médico”, que a enfermidade tornava impossível “dispensar os socorros da sociedade”<sup>35</sup>.

A relação dos tipos de socorros oferecidos pelas associações representava a tradução dos principais medos e inseguranças presentes, na experiência cotidiana, e

---

<sup>33</sup> Ibidem.

<sup>34</sup> O empréstimo, em dinheiro, era uma operação característica de bancos de emissão, de circulação e de crédito, sendo sua incidência, entre as mutuais analisadas neste texto, praticamente, nula. No entanto, encontramos, no artigo 17º dos estatutos da Sociedade Beneficente dos Empregados da Gazeta de Notícias, escritos em 1880, a intenção de oferecer o serviço: “Falecendo qualquer pessoa que estiver debaixo do amparo do sócio, este tem direito, provando com atestado, de levantar um empréstimo da quantia de 70\$000 réis para seu funeral, que pagará em prestações semanais de 3\$000; se o sócio já se tiver retirado da “Gazeta”, este empréstimo só terá lugar mediante fiança idônea”. AN/RJ - CE - Cx 557 - Pc 2 - En 1 - Dc 13.

<sup>35</sup> Era o que previa, por exemplo, o artigo 82º dos estatutos da Imperial Sociedade Auxiliadora das Artes Mecânicas e Liberais e Beneficente. AN/RJ - CE - Cx 526, Pc, 2, En 1, Dc 21.

contra os quais os trabalhadores lutavam coletivamente. Nesse processo, artesãos e operários especializados percebiam a necessidade de forjarem mecanismos mais sólidos de proteção social. De acordo com Marcel van der Linden, tais demandas, ou seja, o conjunto dos auxílios pecuniários requeridos e oferecidos, dimensionava o desejo de grupos de trabalhadores envolvidos na institucionalização do socorro mútuo por uma “forma de proteção mais organizada: a segurança”<sup>36</sup>.

Mais do que isso, percebemos que a ação, no sentido de organizar e de conquistar tais serviços, era forjada em meio à construção de estigmas sociais. No caso das sociedades de escravos, de libertos e de seus descendentes, havia uma diferenciação identitária produzida em torno dos significados da cor, da etnia e da escrita. Por sua vez, entre as sociedades de ofício, evidenciava-se a construção de clivagens sociais que procuravam distinguir os trabalhadores qualificados do restante da população mais pobre. Sendo assim, as estratégias discursivas inerentes aos modos de enunciação dos socorros e das demais finalidades materiais pretendidas pelas mutuais de ofício respondiam, pelo menos em parte, concomitantemente, aos desejos de distinção, de estabilidade e de ascensão social através da valorização do trabalho e da figura do trabalhador/artesão/operário<sup>37</sup>.

É o que se pode observar, por exemplo, entre os artífices que se dedicavam ao fabrico e ao comércio de artefatos de ouro e de prata, os ourives, que também se empenharam na organização de uma sociedade de socorros mútuos na Corte<sup>38</sup>. Assim como as demais associações que se voltavam para a prática da ajuda mútua contra riscos que pudessem colocar a categoria que representava, em situação de miséria, a entidade previa auxiliar:

[...] a todos aqueles [...] membros a quem a fortuna adversa tenha colocado em más circunstâncias, quer por efeito de enfermidades e idade avançada que os inabilite para o trabalho, quer por infortúnios casuais merecedores de auxílio, reembolsável ou não, a juízo da diretoria.

Prestar socorros, quando possível, às viúvas ou órfãos dos sócios que, no futuro, deles venham carecer, regulados pela forma prescrita nos estatutos.<sup>39</sup>

<sup>36</sup> LINDEN, Marcel van der. Introduction. In: LINDEN, Marcel van der; DREYFUS, Michel; GIBAUD, Bernard; LUCASSEN, Jan. *Social Security...* op. cit., p.16.

<sup>37</sup> BATALHA, Claudio H. M. Identidade da classe operária no Brasil (1880-1920): Atipicidade ou legitimidade? *Revista Brasileira de História*. São Paulo. [s.e.], V. 12, nºs 23-/24, set. 91/ago. 92, p. 121.

<sup>38</sup> A Sociedade Animadora da Corporação dos Ourives foi fundada, na Corte, em 1º de abril de 1838, década que assistiu à constituição das primeiras formas de associação mutual erigidas por categorias profissionais. Seus estatutos foram reformados, pela primeira vez, em 11 de novembro de 1842, e alterados em 1860. AN/RJ - CE - Cx 531 - Pc 3 - En 1 - Dc 37.

<sup>39</sup> GUIMARÃES, Joaquim da Silva Mello. *Instituições de Previdencia fundadas no Rio de Janeiro*. Apontamentos historicos e dados estatisticos. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883, pp. 41-42.

Além disso, a sociedade dos ourives preocupava-se em “promover o melhoramento da arte e comércio da ouriversaria”.<sup>40</sup> Objetivo este que foi enaltecido por Bernardo de Souza Franco, pelo Marquês de Olinda e pelo Visconde de Sapucaí, em parecer lavrado na Seção do Império do Conselho de Estado de 15 de fevereiro de 1864, logo na abertura do veredito, quando afirmavam que a sociedade dos ourives representava um rol de associações “a favor das quais a seção tem mantido a honra de pronunciar-se, porque bem merecem ser animadas”<sup>41</sup>.

Nos estatutos, aprovados pela assembleia geral dos sócios, em 25 de novembro de 1860, os parágrafos do artigo 13º, que legislava sobre os “os fundos da sociedade e sua aplicação”, demonstravam o interesse dos artífices em garantir o prestígio de sua atividade e a qualidade de seus produtos. Para tanto, destinava investimentos:

§2. Para compra de livros de mecânica, química, física e de metalurgia, que interesse a corporação em geral, para aquisição de moldes e desenhos, de que a sociedade se queira proprietária e daquelas matérias primas necessárias ao ofício, nas quais a associação possa lucrar.

§3. Para o estabelecimento de uma oficina em a qual se possam colher e desenvolver os conhecimentos teóricos e práticos dos diferentes ramos do ofício de ourives.<sup>42</sup>

Uma década depois, o Visconde de Sapucaí, o Barão do Bom Retiro e Souza Franco, atentos à natureza dos pedidos de criação e/ou reforma de sociedades, em parecer lavrado, na Seção do Império do Conselho de Estado de 08 de fevereiro de 1871, demarcaram que a sociedade dos ourives:

Conserva ainda o caráter triplo [...] de socorros mútuos, de montepio e de instrutiva ou promotora dos processos de ofício de ouriversaria. Hão de ser precisos grandes esforços para cumprir todos estes fins e depois de tanta insistência parece á seção que será conveniente dar lhe ocasião para conhecer praticamente os embaraços da instituição e removê-los.<sup>43</sup>

É interessante destacar que a associação dos ourives pretendia conjugar outras formas de socorro mútuo: o montepio e a instrução. A criação de montepios, dentro de uma mesma sociedade, ocorria, com frequência, entre as mutuais de ofício, o que,

---

<sup>40</sup> AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira. Sociedades fundadas no Brazil desde os tempos coloniais até o começo do actual Reinado. Memoria lida nas sessões do Insituto Historico em 1884. *Revista Trimensal do Instituto Historico, Geographico e Etnographico do Brazil*. Tomo XLVIII – Parte II. Rio de Janeiro: Tipographia Universal de Laemmert & CIA, 1885, p. 315.

<sup>41</sup> AN/RJ - CE - Cx 531 - Pc 3 - En 1- Dc 37.

<sup>42</sup> Ibidem.

<sup>43</sup> AN/RJ - CE - Cx 550 - Pc 3 - En 1- Dc 33. Grifo nosso.

talvez, fosse uma das estratégias dessas instituições para manter em dia as finanças e a concessão de auxílios aos associados ao longo do tempo. No entanto, na ótica dos conselheiros, formas distintas de organização e, por conseguinte, o acúmulo de funções em uma mesma sociedade, poderia ocasionar “embaraços” que dificultariam a execução dos objetivos previstos nos estatutos.

A introdução do ensino profissionalizante, por meio da criação de uma oficina “promotora dos processos do ofício da ourivesaria”, resultava do esforço para deter o controle do mercado de trabalho, da produção e da comercialização de peças manuseadas pelos ourives. Também demarcava, em certa medida, a sobrevivência de uma tradição associativa que remontava às corporações de ofício<sup>44</sup>.

Assim como os ourives, os trabalhadores gráficos formavam uma categoria que gozava de certo nível de coesão em torno de interesses materiais próprios. Especialmente, entre os compositores tipógrafos da Corte, que tendiam a representar a classe dos tipógrafos, nota-se o esforço em construir uma identidade coletiva baseada na valorização do ofício. Conforme assinala Arthur Vitorino, o recurso à greve, em 1858, e a criação da Associação Tipográfica Fluminense, em 1853, voltada para “quaisquer cidadãos nacionais ou estrangeiros”<sup>45</sup>, foram expedientes utilizados por esses trabalhadores para expressar os “anseios de reconhecimento do trabalho naquela sociedade marcada pelo escravismo e pela desqualificação do trabalho manual”<sup>46</sup>.

Pressupunha-se que o reconhecimento seria conquistado por meio do empenho coletivo da categoria para nobilitar, socialmente, o ofício. João Paulo Ferreira Dias, presidente da Associação Cooperadora dos Empregados da Tipografia Nacional, argumentava que os fins da sociedade não deveriam “só cingir-se às beneficências”, mas também “envidar todos os esforços para o engrandecimento da

---

<sup>44</sup> Para o caso francês, cf. SEWELL JR. e WILLIAN, H. *Work and revolution in France: the language of labor from the Old Regime to 1848*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980, em especial, o capítulo 8, “Workers’ Corporations”. Para o Brasil oitocentista, a tese de Marcelo Mac Cord, sobre os artesãos de Recife, no século XIX, mostra que esses trabalhadores articularam costumes da tradição corporativa dos ofícios na constituição de sua sociedade mutualista como recurso para se nobilitarem e firmarem sua posição no mercado da construção civil da capital da província pernambucana. MAC CORD, Marcelo. *Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. Campinas: Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. (Tese de Doutorado), 2009, capítulos 1 e 2. Para ver mais, cf. MARTINS, Mônica de Souza Nunes. *Entre a cruz e o capital: mestres, aprendizes e corporações de ofício no Rio de Janeiro (1808-1820)*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado), 2007, principalmente, o capítulo 3.

<sup>45</sup> AN/RJ - CE - Cx 556, Pc 1, En 3, Dc 21.

<sup>46</sup> VITORINO, Arthur José Renda. Escravismo, proletários e a greve dos compositores tipógrafos de 1858 no Rio de Janeiro. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: IFCH/Unicamp, Vol. 6, n.ºs. 10-11, [s.m.], 1999, p. 99.

arte tipográfica”. Para tanto, cada um dos diretores da associação “deveria ser um guia para os jovens sócios e fazer-lhes compreender o cumprimento de seus deveres estimulando-lhes ao trabalho”<sup>47</sup>. Não por outro motivo, a Associação Tipográfica Fluminense previa, na reforma estatutária de 1878, a construção de uma biblioteca e de uma oficina que serviria de “escola tipográfica”, a fim de promover “o melhoramento do sistema de trabalho”, “sem ônus para os cofres sociais”<sup>48</sup>.

Ainda segundo Arthur Vitorino, a destreza e a qualidade do trabalho dos tipógrafos, a despeito das clivagens de classe inerentes aos ofícios gráficos, representavam o alto grau de especialização que caracterizava o universo profissional desses trabalhadores:

quem exercia esse ofício realizava tanto uma atividade mecânica quanto uma atividade intelectual. Esse ofício era concebido como uma arte, porque, além de ele ser um trabalho manual que necessitava de inteligência e disciplina para compor as letras no compressor e imprimir-las nos prelos, esse mesmo ofício ainda exigia o domínio da representação da escrita [...], fazendo-se dela uma atividade criativa.<sup>49</sup>

Em outras palavras, edificar bibliotecas ou publicar jornais respondia, em parte, aos anseios de valorização social, econômica e cultural do ofício e da figura do trabalhador manual, em uma sociedade cujas relações de trabalho definiam-se em função das diferenciações jurídicas e sociais em relação ao escravismo. Nessas condições, aos trabalhadores reunidos em associações de socorros mútuos, parecia importante demarcar o valor positivo da atividade exercida com destreza.

A experiência associativa dimensionada em torno das sociedades mutuais de artesãos e de operários qualificados, de condição livre, representava a conexão entre, por um lado, “mobilizações e movimentos coletivos com a finalidade de defesa de interesses profissionais e/ou de classe” e, por outro, a estruturação de veículos fundamentais para a construção da identidade e da formação da consciência de classe.<sup>50</sup> Evidencia-se, portanto, que o universo mutualista propiciava a combinação da função mobilizadora para o exercício de proteção social com a estruturação dos elos de solidariedade horizontal.

<sup>47</sup> AN/RJ - CE - Cx 551 - Pc 2 - En 3- Dc 38.

<sup>48</sup> AN/RJ - CE - Cx 556 - Pc 1 - En 3- Dc 21.

<sup>49</sup> VITORINO, Arthur José Renda. Os sonhos dos tipógrafos na Corte Imperial Brasileira. In: BATALHA, Claudio Henrique de Moraes; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre. (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 175.

<sup>50</sup> MATTOS, Marcelo Badaró Mattos. *Experiências comuns: escravizados e livres na formação da classe trabalhadora carioca*. Niterói: Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, (Tese apresentada ao concurso de Professor Titular de História do Brasil). Niterói, 2004, p. 115.

## MUTUALISMO E CULTURA ASSOCIATIVA

Certamente, no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, o aspecto mais evidente do fenômeno associativo voltado para o mutualismo era a promoção de práticas de socorros contra riscos sociais que, frequentemente, comprometiam as condições de existência dos trabalhadores urbanos. No entanto, não se pode negligenciar os indícios de que havia demandas que iam além das ajudas pecuniárias em casos de acidentes, moléstias, invalidez, velhice, morte e prisão dos associados.

Podemos afirmar, seguramente, que as sociedades erigidas por escravos, por libertos e por seus descendentes eram também o resultado evidente de um processo coletivo que articulava elementos culturais ligados às identidades étnicas e de cor, marcadas pela experiência social oriunda do cativo. De tal modo, ao lado dos socorros pecuniários estabeleceram-se demandas tais como o objetivo precípua da associação beneficente dos “Homens de Cor” de garantir a liberdade de “sujeitos” (cativos), familiares ou não dos associados, a defesa da delimitação estatutária de critérios de admissão que privilegiassem a “cor preta” e o pertencimento à “Nação Conga” ou “a qualquer outra” desde que africana, ou ainda, no caso da sociedade dos Congos, a preocupação em homenagear Nossa Senhora do Rosário, o que sugere uma possível aproximação entre a associação e a irmandade dos devotos da santa<sup>51</sup>.

Entre as mutuais de ofício, especialmente, no que tange às categorias que alcançaram maior grau de organização institucional, na segunda metade do século XIX, a cultura associativa induziu as demandas definidas, no âmbito dos socorros mútuos, a estabelecer objetivos mais amplos, tais como a construção de bibliotecas, a publicação de jornais, a montagem de oficinas, a premiação por inventos, o incentivo à instrução, a procura de emprego e o entretenimento educativo. Ou seja, os interesses e as necessidades conduziram as demandas de artesãos e de operários no sentido de conquistar bens materiais e culturais, para além da mera percepção das inseguranças inerentes ao exercício das atividades laborais. A valorização do trabalho era um dos elementos que as mutuais de artífices e de operários especializados mobilizavam para enfrentar um agudo contexto de proletarianização nos anos finais do século XIX. Simultaneamente, esse esforço pretendia dissociar a prática dos ofícios do universo de valores oriundos da escravidão, que tendia a desqualificar, “no âmbito da cultura

---

<sup>51</sup> Segundo Sidney Chalhoub tal fato, ao menos entre as mutuais de negros, informa as relações possíveis entre essas entidades com os temas da secularização e da decadência das irmandades. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Solidariedade e...* op. cit., p. 227-228.

dominante”, o exercício das artes mecânicas<sup>52</sup>. Tal processo resultou na construção de uma identidade coletiva em torno do trabalho, em que o “conjunto da classe” encontrava legitimidade e, através do qual, poderia ser legitimado pela cultura dominante<sup>53</sup>.

Recebido em 20/06/2010

Aprovado para publicação em 30/07/2010

---

<sup>52</sup> BATALHA, Claudio H. M. Sociedades de Trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. *Cadernos AEL: sociedades operárias e mutualismo*. Campinas: IFCH/Unicamp, Vol. 6, nºs. 10-110, indicar a página inicial e a final do artigo, 10-11, [s.m], 1999, p. 65.

<sup>53</sup> Idem. Identidade da... op. cit., pp. 120-121.